

Rua 25 de Março em São Paulo, uma região e seus atores: de mascates a sacoleiros

Maura Pardini Bicudo Vêras*
Lineu Francisco de Oliveira**

Resumo

Este artigo analisa a constituição de uma região de comércio popular em São Paulo, a Rua 25 de Março, em sua história e seus agentes, suas transformações ao longo do tempo, bem como os diversos fatores que influenciaram na mudança do termo “Mascate” para o hoje conhecido como “Sacoleiro”. Ao estudar tais alterações, foi possível identificar diversos níveis analíticos quanto a configuração de uma região, as marcas significativas de imigrantes de origem sírio-libanesa, ações de várias instâncias de governo, federal, estadual e municipal com vistas a essa categoria de trabalhadores que vem ganhando força e representatividade ao longo dos anos, identificada com a região em estudo, que se tornou mundialmente conhecida como Região da Rua 25 de Março, um espaço situado na área central da cidade. Procedeu-se uma pesquisa exploratória, com análise de documentos, revistas e jornais, bem como literatura e trabalhos de pesquisa das ciências sociais. Concluiu-se pela necessidade da realização e avaliação de outras pesquisas, com vistas a obter maiores conhecimentos acerca da realidade dos ‘sacoleiros’.

Palavras chave: Cidade; Região comercial; Rua 25 de Março; Empreendedorismo; Sacoleiro

Abstract

This article analyzes the constitution of a popular trade region in Sao Paulo, the Street 25 of March, in your history and your agents , their transformations along time, as well as the several factors that influenced in the change of the term " Peddler " and today known like “Business-Peddler”. By studying these changes,

* Maura Pardini Bicudo Vêras é Mestre, Doutora e Livre Docente em Ciências Sociais e Professora Titular de Sociologia da PUC-SP; bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Entre outros, é autora de *DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, SP, Educ, 2003. É orientadora da pesquisa que objetiva a elaboração da tese de doutorado De mascates a sacoleiros, de Lineu F. de Oliveira.

** Lineu Francisco de Oliveira é doutorando do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais da PUCSP. Economista com pós-graduação em Economia de Empresas, Análise de Sistemas, Sistemas de Informação e MBA em Marketing de Serviços. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Pública de São Caetano – USCS. Professor universitário da UNINOVE. Concursado na PRODAM – Tecnologia da Informação. Autor do Livro *Mascates e Sacoleiros - Empreendedores que Construíram uma Região - Rua 25 de Março desde 1865 fazendo história* que foi capa do ESTADÃO em 25 de Março de 2010.

it was possible to identify several analytic levels regarding configuration of a region, the immigrants significant marks of Syrian-Lebanese origin, actions of several government's instances, federal, state and local with a views to this category of workers that has been gaining strength and representativity along the years, identified with the region in study, that became globally known as Street Region March 25, a space situated in the central area of the city. An exploratory research was proceeded, with analysis of documents, magazines and newspapers, as well as literature and works of research of the social sciences. It was concluded by the need of the accomplishment and evaluation of other researches, with views to obtain larger knowledge about the reality of the 'business-peddler'.

Keywords: City; Commercial region; Street 25 of March; Entrepreneurship; Business-Peddler

Introdução

O estudo das cidades e de suas regiões vem a constituir larga vereda analítica em tempos de transnacionalização da economia globalizada e das relações sociais contemporâneas. Fluxos e processos se tornam complexos, sobretudo em países em desenvolvimento, em que suas metrópoles se apresentam carregadas de contradições, traços ligados ao chamado primeiro mundo - da conectividade, tecnologia da informação e terciário voltado à economia de ponta, ao lado de traços distintivos de atraso e débitos sociais, típicos do terceiro mundo, com desigualdade, segregação e alterofobia. São Paulo ilustra essas características, assumindo papéis na conectividade global e de primazia nacional, ostentando igualmente certa permanência e estabilidade de questões sociais como desigualdade e segregação urbanas.

Desde o pensamento clássico sociológico a cidade vem ganhando destaque na busca de sua interpretação, como fruto da urbanização capitalista e da modernidade, como *locus* da produção, do consumo e espaço de vivência.

Para Marx a cidade deve ser entendida no contexto do modo de produção, não se explicando por si só. Segundo Lefebvre (1972) a cidade capitalista assumiu protagonismo na revolução burguesa, constituindo o local onde o capital se reproduzia, tanto o capital produtivo quanto o especulativo. A cidade industrial, reflexo da exploração social do capital sobre o trabalho, revelava a face perversa da acumulação, de um lado, e da miséria social de outro, como palco da história da luta de classes.

A cidade, como região de conflitos, retratava a degradação em que o trabalhador habitava em busca do seu sustento com base no pagamento de sua força de trabalho que era o único bem que tinha a oferecer na luta com a burguesia, detentora do capital. Como local capitalista caracterizado por Marx e Engels construído em determinado período da história, encontrou em Weber, outro pensador das Ciências Sociais, ótica distinta. Para Weber a cidade se concebe como tipo ideal, e no caso do desenvolvimento capitalista racional emerge dos processos em diversas esferas e distintas entre si, a expressão racional da vida na economia, caracterizando-se pela existência de mercado de bens e serviços (WEBER, 1968).

Com a revolução industrial, o capital, a presença e quantidade de fábricas, a quantidade de equipamentos e a infra-estrutura promoveram mudança de valores, antes ligados à propriedade da terra no contexto rural. Mais recentemente, fatores como valores culturais e morais, respeito à cidadania global e institucional, são os fatores balizadores que proporcionam pesos em maior ou menor quantidade que definem o quanto uma sociedade esta desenvolvida.

As funções ligadas à troca e, conseqüentemente ao comércio, nem sempre têm sido valorizadas na análise sociológica e urbana (VARGAS, 2000). Ao contrário, foram mais enfatizados os estudos voltados à produção, ao trabalho, como constitutivos das relações fundamentais do modo de produção capitalista e de suas principais contradições. Entretanto, as relações comerciais são importantes na configuração das cidades e das sociedades. A lógica do espaço terciário, centrada nas atividades de comércio e serviços varejistas, deve ser buscada pelo seu impacto no espaço urbano e regional. Do *Bazaar árabe ao Shopping Center*, houve um longo processo de evolução e transformação que atinge hoje os espaços de comércio ambulante ao comércio virtual, do âmbito local, às esferas regional, nacional e internacional, todos aspectos a merecer abordagens amplas, relacionando-os aos contextos socioeconômicos e culturais que lhes deram origem. Tais discussões, contudo, não caberiam nos limites deste artigo.

Quando delimitamos uma análise para locais, lugares, ou regiões específicas, chegamos a aspectos e valores determinantes vinculados a um espaço que não se caracteriza apenas como um local físico, superando descrições geográficas e definições costumeiras. Espaço nesse caso vem a ser um local de dominação que extrapola a visão concreta e visível à maioria das pessoas. Espaço que nesse caso, se caracteriza como um

local de construção social com características próprias engendradas ao longo do tempo e que vêm protagonizando e sendo objeto de vários estudos e pesquisas nos últimos anos.

Respeitar os conflitos de poder e embates sociais característicos e únicos que ocorrem dentro de um espaço simbólico, mas representativo da formação de um local regional delimitado geograficamente, demonstrou-se como um problema para alguns, mas a solução encontrada por outros pesquisadores. Visando facilitar a análise e apresentar um método de pesquisa, delimitar espaços ou regiões passou a ser uma opção com várias abordagens metodológicas.

Autores como Bourdieu definem que no método para se pesquisar um espaço ou região, o pesquisador deve, sobretudo, se preocupar em não sofrer influências com o conhecimento distorcido do *habitus* dos atores em estudo e também se preocupar com os valores pessoais (*habitus*) do próprio pesquisador. Considerando que o *habitus* é a característica e o modo de ser de uma pessoa e a relação dela com o grupo social que frequenta e pertence, Bourdieu, nesse sentido, considera a lógica das ações do grupo ou de uma pessoa como o produto do *habitus* no meio, no local, ou no campo considerado. (THIRY-CHERQUES, 2006)

Portanto, o presente artigo apresenta algumas reflexões introdutórias sobre a Rua 25 de Março e seus atores e funda-se em pesquisa de doutorado que se propõe a analisar historicamente a região ou *habitus* desse local. Como por muitas vezes a região em análise - e um dos seus atores, os “mascates”, hoje denominados “sacoleiros” - apresentou diferentes características, a pesquisa visa selecionar dentre artigos, documentos, jornais e revistas ao longo de todo o processo de suas transformações, as características atribuídas ao seu principal ator social, o sacoleiro.

25 de Março, uma região socialmente construída

O século XX se caracterizou pela influência do Estado estimulando o desenvolvimento regional. Pelo tempo decorrido e pelos resultados obtidos, hoje nos permitimos questionar se esse tipo de política pública cumpriu o papel a que se propôs.

Afirmar que uma região esta desenvolvida é atribuir a ela uma posição que pode recorrer à dicotomia do urbano e do rural. Ainda hoje existem muitas divergências ao tratar dessas definições, mesmo quando estudadas de um só ângulo. Villaça (2001) faz esse questionamento ao estudar diversas cidades brasileiras. O autor questiona o fato de

ao longo de 150 anos, no mesmo país, a mesma formação social, em um mesmo momento histórico, no mesmo modo de produção e regido pelas mesmas leis publicas, deveria haver muitas características comuns nesses espaços urbanos. O autor conclui que quando os paulistas ao estudarem São Paulo e apresentarem os resultados, outros pesquisadores ou moradores de cidades centrais reagem, afirmando que na sua cidade é diferente, provocando a dúvida do que é diferente, igual, ou comum nos grandes centros brasileiros.

Atribuímos ao espaço urbano a denominação de ambiente construído através da produção social do espaço (VILLAÇA, 2001, p. 73). No caso da região da Rua 25 de Março, os Mascates e Sacoleiros que passaram pela região e ainda por ela circulam seja com qualquer tipologia, fazem parte do processo de construção do “lugar”. É significativo lembrar que partimos do pressuposto que, segundo Marx (1997), os homens fazem sua história, mas nem sempre como a querem fazer, por não fazerem com as circunstâncias por eles escolhidas, mas sim pelas circunstancias que eles se deparam diariamente de uma forma legada ou transmitida ao longo do tempo.

Ao analisar a Região da Rua 25 de Março sob a ótica de uma região com características próprias, podemos até afirmar ser uma região típica que foi socialmente construída. Diante dessa constatação, exploramos brevemente a origem da construção desse conceito, analisando o espaço não apenas delimitado geograficamente, mas que se intitula emblematicamente como Região da Rua 25 de Março.

História e perfil da região

A região da Rua 25 de Março tem sua origem de certo modo ligada ao início da cidade de São Paulo. O Pátio do Colégio, local da fundação de São Paulo, situa-se geograficamente perto da atual Rua 25 de Março.

Entre os muitos relatos da formação histórica de São Paulo, apresentamos um rápido olhar. Em 1550 o Pe. Leonardo Nunes registrava a presença de cristãos no planalto, vivendo isolados e sem condições de ouvir ou participar de missas e se confessar. Vivendo em São Vicente o Pe. Manuel da Nóbrega decidiu avançar território adentro em busca desses cristãos. Em agosto de 1553 o padre acompanhado de outro jesuíta, chegou ao núcleo da Vila de Santo André. Por achar que a região era o caminho mais certo para entrar no sertão, escolheu um local para fundar uma aldeia.

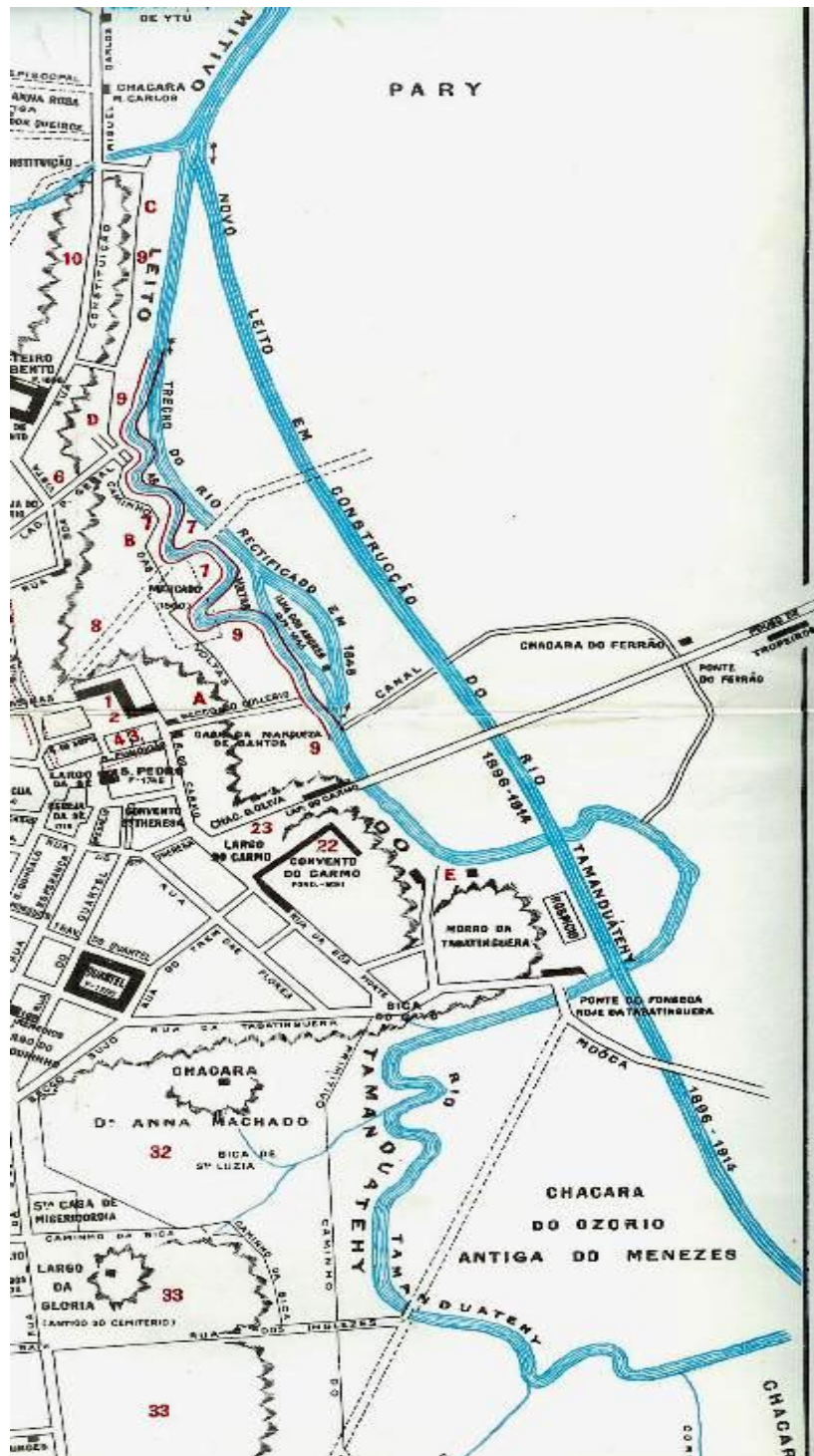
O local escolhido ficava aproximadamente dez léguas distantes do mar e duas léguas da povoação de Santo André. A colina escolhida situava-se entre os rios Tamandatei e Anhangabaú e garantia a segurança, o abastecimento de água e peixe, bem como a facilidade de acesso pelos rios. A área também era pouco valorizada pelos indígenas, que a viam como um local sujeito aos constantes ventos frios vindos da Serra do Mar. Em 25 de janeiro de 1554, foi celebrada a primeira missa, assistida por religiosos e indígenas. Assim teve o início a fundação da cidade de São Paulo. (ASSUNÇÃO, 2004)

A necessidade de constantes mercadorias para abastecer o novo povoado tinha nos rios a facilidade de acesso. A colina do pátio do colégio ficava próxima da última volta do rio Tamandatei, que abrigava um porto o “Porto Geral”. O porto era utilizado para descarregar as mercadorias importadas, que chegavam via Porto de Santos. Essas mercadorias subiam a serra de carroça e com a chegada das estradas de ferro, esse percurso passou a ser via ferrovia até o Ipiranga. A partir desse ponto essas mercadorias eram levadas pelo rio Tamandatei até um porto destinado às barcas. Como esse porto era conhecido como Geral, foi essa uma das influências que contribuíram para a origem e o batismo da atual Ladeira Porto Geral. (GUIADA25, 2009)

Por não existirem grandes relatos e documentos da época da fundação, foi em junho de 1560, quando da transferência da Câmara de Vereadores de Santo André para junto do colégio de São Paulo de Piratininga, que se obtiveram registros da Vila de São Paulo pelas Atas da Câmara. As reuniões eram registradas e nos permitem reconstituir parte do cotidiano dos moradores. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 18).

Encontramos a ação do poder público nos detalhes da planta datada de 1890 de Affonso A de Freitas, que destaca as intervenções sobre o rio em dois momentos. O primeiro trecho com início no ano de 1848 e o segundo trecho da retificação que seria construído entre 1896 e 1914.

Figura 1. Retificação do Rio Tamanduatei.



FREITAS, Affonso A. de. **Tradições e Reminiscências Paulistas**. 3. edição. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [s.d.]. (Coleção Paulística, v.IX). Fonte – Acervo PMSP/SMC/DPH/DIM

Esse projeto de retificação do rio se deu pelo fato de que em 1850 uma forte chuva se abateu na capital paulista. Acostumados com pequenas cheias de verão, a população foi surpreendida em 1º de Janeiro de 1850 com um forte temporal que pela primeira vez provocou danos nos limites da área urbana. A trovoada teve início às cinco horas da tarde e se prolongou até as onze horas da noite. As moradias existentes nas margens dos rios Anhangabaú e Tamanduatei, foram danificadas. As águas arrasaram 15 casas de taipa, e destruíram parcialmente outras 12. (DPH, 2009).

A força da tempestade e seus estragos foram tão grandes que a cidade de Santos promoveu ajuda financeira para que, via ordem pública, fosse distribuída entre os moradores necessitados. O Conselho de Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo criou uma comissão, que ficou encarregada de calcular os prejuízos. Em 27 de junho do mesmo ano a comissão apresentou os cálculos. (CMSP, 1850)

Com a drenagem e retificação do rio no final século a atual Rua 25 de Março foi chamada de Rua de Baixo, dividindo a cidade em duas partes. Como o comércio nessa época se concentrava na parte de cima da cidade, onde hoje é a Rua Florêncio de Abreu, após a drenagem do rio os aluguéis começaram a subir e para os novos imigrantes recém-chegados, era mais vantajoso se instalar na parte baixa da cidade. Na parte baixa, mesmo após a drenagem, os preços ainda eram mais baixos do que os outros praticados nas imediações (GUIADA25, 2009).

Em 1850 após a grande enchente, os administradores da cidade começaram a sentir necessidade de estabelecer regras e neste ano passaram a vigorar normas de caráter urbanístico-arquitetônico. Em 1875 a cidade de São Paulo estabeleceu as primeiras regulamentações específicas sobre a abertura de novos arruamentos. A Resolução nº 62 de 31 de maio de 1875 definia parâmetros onde as novas ruas teriam largura de 13,22 m salvo por um obstáculo invencível e as praças seriam quadradas. Com o crescimento populacional, o lado mais plano da cidade passou a se valorizar e a ser ocupado, já o lado de baixo que continha o rio Tamanduatei e a sua imensa várzea inundada, foi ficando sem muito interesse de urbanização. (SIMÕES JÚNIOR, 2004).

Em 1865 em reunião dos vereadores ocorrida no dia 18 de julho, o vereador de nome Malaquias Rogério de Salles Guerra, apresentara a seguinte proposta:

Havendo ruas e travessas denominadas sem significação alguma, e até menos conveniente, e tratando-se agora por ocasião da numeração das casazas de minorar esse ramo do serviço publico, indico que seja nomeada uma Comissão de trez Membros para estudarem a materia e submetterem a aprovação da Câmara ás substituições que entenderem precisas.

Na sequência da aprovação dessa proposta, além do vereador Malaquias foram nomeados para compor a comissão os vereadores Major Sebastião José Rodrigues de Azevedo e Dr. Joaquim Justo da Silva. Em 18 de agosto do mesmo ano, o mesmo vereador Malaquias apresentou plano do Brigadeiro Machado de Oliveira sobre a numeração das casas da cidade, para preencher a denominação das ruas, o que foi aprovado para execução com sua inspeção. Após o término desse trabalho o vereador Malaquias apresentou ofício prestando conta das despesas feitas com a numeração das casas, informando das alterações promovidas e relacionou vários largos e praças cujos nomes sugeria modificação. Em seguida ele apresentou em 28 de Novembro de 1865, ofício para alterações das ruas.

... dando conta das despesas feitas com a numeração das casas, e inscrições dos nomes de cada huma das ruas da Cidade...” (1 CMSP, Atas da CMSP sessão do dia 28/11/1865, p. 306)

Sendo uma delas a alteração da Rua de Baixo para Rua 25 de Março até a projetada Praça do Mercado e desse ponto em diante, até a Ladeira do Carmo “Rua do Mercado” (PREFEITURA-SP, 2006 p. 40).

Apesar das mudanças por que passou a região, manteve-se o seu núcleo territorial. A rua, cujo nome já fora identificado no final do século passado, continuou sendo a principal referência da região. Nesse sentido, cabe lembrar que mediante união dos comerciantes da região, surgiu a União dos Lojistas da 25 de Março e Adjacências – UNIVINCO, em 14 de outubro de 1969 delimitando os perímetros em 21 (vinte e uma) ruas além da 25 de Março e dessa forma batizando esse limite como Região 25 de Março. (UNIVINCO, 2008)

Atores em sua história: o mascate

Segundo Michaelis (2012), mascate foi definição atribuída ao vendedor ambulante de objetos e manufaturas. Esse termo de cunho depreciativo surge em alusão ao fato histórico em que os portugueses, em 1507, auxiliados pelos libaneses cristãos, tomaram a cidade de “*Masqat*”, capital do Sultanato de Omã, um país árabe situado na extremidade oriental da Península Arábica, e levaram várias mercadorias. Já em 1710 no Brasil, tivemos a Guerra dos Mascates, originária do conflito entre os portugueses comerciantes moradores de Recife, apelidados depreciativamente de “mascates” pelos

portugueses, senhores de engenho da cidade de Olinda que estavam em dificuldades econômicas. Confronto de cunho político marcado pela disputa econômica e política entre a nobreza açucareira pernambucana e os novos burgueses de origem comerciante.

Os chamados genericamente entre nós de “turcos”, de origem síria e libanesa, não tinham uma dedicação ao comércio, eram agricultores de pequenas propriedades cultivadas pela família. Com o crescimento populacional e os solos semidesérticos nos países de origem, não tiveram espaço no mercado de trabalho. As famílias passaram a planejar o envio dos filhos temporariamente à América como forma de resolver suas dificuldades financeiras, deixando sua comunidade natal, para “Fazer a América”. As redes familiares organizavam o envio e a recepção de imigrantes na base de parentesco e afinidades religiosas. Durante as fases iniciais da imigração, fazer a América para os pioneiros podia significar tanto os Estados Unidos quanto o Brasil. Portanto não existiu distinção entre os grupos que se dirigiram para um país ou a outro. O imigrante que chegou ao Brasil entre 1890 e 1930, tem as mesmas características daquele que alcançou os Estados Unidos, a mascateação e o destino urbano (TRUZZI, 1997).

Ao chegarem ao Brasil, esses imigrantes distribuíram-se por todo o território nacional e pela experiência com pequenas culturas agrícolas, a empregabilidade ficou prejudicada visto que os empregos eram para trabalhadores com experiência em grandes culturas. Esse motivo levou esses imigrantes a buscarem alternativas de subsistência, na cidade, iniciando o comércio com mercadorias o que os deixou conhecidos como “mascates”. Solteiros e pobres, esses mascates residiam em pensões baratas e cortiços constituídos na maioria das vezes nos porões de velhos sobrados localizados nas imediações da 25 de Março (FAUSTO, 2000. p.323; VÉRAS, 2003, p.91).

A habilidade comercial foi colocada em prática pela colônia inicialmente pelos mascates que andavam com uma caixa extremamente pesada assemelhada a uma arca de 40 x 50 x 80 cm e no seu interior existiam diversas gavetas com as mercadorias. Complementando esse quadro, esses mascates levavam também uma matraca feita de duas tábuas ligadas numa das extremidades por uma tira de couro. Com o movimento das mãos as tábuas produziam um barulho que chamava a atenção da clientela. Não conheciam a língua, a clientela, o trajeto ou a cidade, mas a localização da colônia perto do rio Tamandatei que nos dias de chuva transbordava formando uma lagoa que se estendia do Brás ao Cambuci trouxe recompensas. Assad Abdalla, que começou comendo pão com bananas, acabou dono de terrenos com cerca de um milhão de metros

quadrados, com quase um km de frente para a Avenida Celso Garcia. É o local onde hoje se encontra o Parque São Jorge do Esporte Clube Corinthians (MARCOVITCH, 2006).

Em São Paulo a presença sírio-libanesa é sentida há tempos, desde os finais do século XIX, como dito. Migração impulsionada por problemas e crises econômicas e religiosas, sem auxílio do governo de origem e nem do governo brasileiro formavam um grupo relativamente fechado, altivo e endogâmico; já no século XX, saíram do interior paulista (Araraquara, em especial) para se radicar na capital. A grande concentração viria a ocorrer no bairro da Sé, compreendendo as ruas 25 de Março, Cantareira, além da Avenida do Estado. Dedicaram-se fortemente ao ramo de tecidos e tecelagens, transferindo mais tarde a mascateação aos migrantes nacionais, como os nordestinos (TRUZZI, 1997; VÉRAS, 2003).

Uma rápida análise dos números trazidos por diversos Censos Demográficos (IBGE) revela constante incidência dos sírios e libaneses na capital paulista. Em 1980, da população estrangeira residente em São Paulo (325.540 pessoas) os libaneses (5.427) e os sírios (1.950) perfaziam 2,27% do total de estrangeiros. Passada uma década, o censo de 1991 registra que sírios e libaneses chegavam a 7.322 pessoas, representando 3,1% da população de estrangeiros da capital que era de 233.643. Em 2000, diminuiu essa proporção para 5685 sírio-libaneses (2,9% do total de estrangeiros da capital). Como é conhecido, a imigração estrangeira vem diminuindo para São Paulo, e para o Brasil, gradativamente; enquanto no início do século XX São Paulo chegou a apresentar quase 2/3 de estrangeiros, em 2010, essa presença é de 1,34% (VÉRAS, 2003 e 2014). Os sírios e libaneses representam apenas cerca de 2,0% do total dos não brasileiros moradores em São Paulo, mas sua influência é muito grande, pois deixam marcas significativas no espaço urbano e compõem setores expressivos dos segmentos ligados à vida acadêmica e científica da sociedade paulistana, pois muitos imigrantes insistiam na vida e no sucesso escolar para seus filhos como canal desejável de ascensão social (TRUZZI, 1997).

Convém destacar o aspecto ligado à territorialidade desses estrangeiros em São Paulo. A região em pauta, a Rua 25 de Março e próximas, consiste até os dias de hoje em zona do terciário ligado ao comércio popular, mas guarda em sua memória e tradições os processos identitários, uma certa ordem de subjetivação individual e coletiva desses imigrados, denotando sua inserção específica na metrópole.”... Embora

as marcas culturais e associativas dos imigrantes estejam espalhadas e incorporadas pela dinâmica social da cidade, não são menos visíveis...” (VÉRAS, 2003, p.161) revelam-se em sua memória formas de sociabilidade, redes, relações familiares, de compadrio e apoio/ponte com conterrâneos no esforço de sobrevivência na cidade.

Novos atores em construção: o sacoleiro

O termo “Sacoleiro”, segundo o dicionário Michaelis (2012), é atribuído ao homem ou pessoa que compra mercadorias e ao revender as mesmas, obtém lucro, sendo essas mercadorias consideradas populares, ou seja, de baixo valor monetário, bem como confecções e produtos eletrônicos.

A edição da Medida Provisória nº 380, em 28 de junho de 2007, a qual institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, trouxe à baila a questão dos sacoleiros. A referida medida permite a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, mediante o pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na importação, por meio de débito em conta-corrente bancária do habilitado no RTU. Assim os sacoleiros que atuam na fronteira do Brasil com o Paraguai terão que abrir microempresas e passar a pagar uma alíquota de 25% sobre suas compras, caso queiram legalizar suas atividades no país (BRASIL, 2007).

Regulamentado pelo Decreto 6.956 de 2009, o Regime de Tributação Unificada (RTU), começou a vigorar em 08 de Fevereiro de 2012. A lei dos Sacoleiros, como ficou conhecida, permitiu que para se habilitar ao regime da RTU a microempresa precisa ter receita bruta de até R\$ 360 mil e o trabalhador autônomo uma receita anual de até R\$ 60 mil, sendo que todos devem estar inscritos no Simples Nacional. Após atravessar a fronteira e a aduana brasileira conferir a mercadoria com os dados da fatura, junto aos registros do Paraguai, é emitido o DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais, e ICMS- Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. (MAXIMO, 2012)

Porem apesar da divulgação, poucas empresas foram cadastradas do lado paraguaio. No lado brasileiro, na data em que a lei entrou em vigor, 350 microempresas estavam cadastradas, sendo 100 do Paraná e 34 de Foz do Iguaçu. O governo brasileiro montou toda uma infraestrutura com sistema informatizado integrado com a aduana,

bem como um cadastro de lojas paraguaias, facilitando a consulta pelo fiscal das características dos produtos bem como o preço praticado. Apesar do cadastro paraguaio estar em funcionamento uma semana antes da regulamentação da lei, autoridades do Paraguai e do Brasil esperam um contínuo aumento na adesão. Com isto a atividade do sacoleiro, bem como a importância desse trabalhador para a sociedade, deixará de ser vista como ilegal passando a ser uma atividade totalmente lícita depois de longos anos na clandestinidade (LABANCA, 2012).

O sacoleiro é uma categoria em que não é fácil identificar características de um empreendedor, por ter ações incomuns dentre eles, aliando oportunidade com necessidades pessoais e até de subsistência. Sua origem pode ser vinculada com a grande massa de desempregados que se formou com o fim da construção da usina de Itaipu, junto com o surgimento do centro comercial de *Ciudad Del Este* (Paraguai) que com o sistema tributário paraguaio possibilitou a compra de mercadorias com valores menores que os praticados no mercado brasileiro. Estima-se que mais de 40 mil pessoas vivem em Foz do Iguaçu, ligada direta ou indiretamente ao conhecido como “circuito da muamba”. Além dos sacoleiros, essa massa de trabalhadores é composta por motoboys, catadores de papel e latinha, vendedores ambulantes, pessoas apelidadas de “laranjas”, transportadores, além dos trabalhadores paraguaios de trabalham nas lojas e barracas de *Ciudad Del Este* (CARDIN, 2001).

A região da 25 de Março em estudo tem hoje um grupo de atores que dela se utilizam para se abastecer de mercadorias. Os Sacoleiros, similarmente ao papel dos mascates de outros tempos saem de seus bairros e cidades com o intuito de se abastecer e revender mercadorias obtendo um lucro sobre o valor comprado. Diferente dos mascates que não dispunham de uma rede de transporte como hoje, esses atores também não medem esforços ficando horas dentro de ônibus, nas estradas, nos locais sem boas acomodações para comprar novidades e mercadorias para serem comercializadas.

Segundo alguns jornais a região da Rua 25 de Março é dominada pelos sacoleiros que precisam saber “se virar”, desempenhar-se, carregando pacotes até na cabeça, aprendendo a não andar torto e manter a postura; é ter disposição para encarar o mercado que para todos se apresenta lucrativo, apesar de não ser um lucro fácil. Lotam a região e os hotéis da cidade promovendo o emprego de diversos trabalhadores e carregadores, além dos profissionais do setor hoteleiro. Compram de roupas e eletrônicos em média a cada 15 dias, buscando produtos em pechincha. Mas também há

o sacoleiro mais apurado que fica em média três dias na Região da Rua 25 de Março, em busca de produtos específicos para clientes seletos (RECORD, 2010).

Considerações finais

As alterações sociais e econômicas que se intensificaram no final do século XX, determinaram grandes mudanças nas grandes cidades, mais intensamente nas cidades classificadas como cidades-globais. A cidade de São Paulo, uma dessas cidades globais, adota políticas que lhe permitam manter-se nessa posição, mas também conserva diversos problemas sociais, como falta de moradia, violência, trabalhadores desempregados, desrespeito ambiental e também necessita de políticas públicas com vistas a melhorar a condição de vida nessa grande metrópole.

O cuidado com o terciário, setor de maior expressividade hoje em São Paulo, nem sempre foi preocupação dessas políticas públicas, nem mesmo estudos acadêmicos deram conta suficiente das especificidades e da lógica dos espaços comerciais. A categoria dos sacoleiros vem sendo construída paulatinamente, ainda quase invisível em suas práticas e em seus efeitos.

A promulgação da Medida Provisória nº 380, regulamentada em 2012, é um reconhecimento do poder público da importância do papel desempenhado por esses trabalhadores, os mascates ontem e sacoleiros hoje. O Estado, de alguma forma, e seus representantes, não podem deixar de promover o reconhecimento do papel econômico e social que essa figura representou e ainda representa para a economia da cidade.

Nesse sentido justifica-se a realização de estudos que potenciem o conhecimento sobre a realidade desses trabalhadores e empreendedores, quer pela conquista de sua dignidade, e por sua importância para a economia de uma região característica como a Região da Rua 25 de Março, em especial, mas também para a economia nacional, economia das grandes cidades, em geral.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Paulo de. *São Paulo Imperial: a cidade em transformação*. São Paulo, Ed. Arké, 2004.
- BRASIL. *Medida provisória nº 380*. São Paulo: 07 set. 2007. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=41367>. Consultado em: 18/09/2012
- CARDIN, Eric. *A formação do ser social e a informalidade na tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina)*. In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 7. Buenos Aires: Asociación Argentina de Estudios Del Trabajo. *Anais...* Buenos Aires, 2001.
- CMSP, Grupo Conselho de Vereadores, *Parecer da comissão encarregada do levantamento de prejuízos causados pela enchente de 1º de janeiro de 1850*. Acervo da Seção Técnica de Manuscritos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis. São Paulo, 1850
- CMSP. *Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1865*. sessão do dia 28/11/1865, p. 306. Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, v 204.
- DPH – Departamento do Patrimônio Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo. *A enchente de 1º de Janeiro de 1850*. São Paulo, 2009.
- FAUSTO, Boris. *Fazer a América - A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo, Ed. Edusp, 2000.
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistas*. 3ª edição. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [s.d.]. (Coleção Paulística, v. IX). Fonte – Acervo PMSP/SMC/DPH/DIM
- GUIADA25. *História da Rua 25 de Março*. Disponível em: <http://www.guiada25.com.br/historia_da_25demarco.asp> Consultado em: 05/09/2012.
- LABANCA, Marcos. “Paraguaio não adere à Lei do Sacoleiro”. *Gazeta do Povo*, São Paulo 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1221701>>. Consultado em: 19/09/2012
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Povia de Varzim, Ulissea Ed. 1972.
- MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores, V. 1 – A saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2006.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1997.
- MAXIMO, Wellton, Uol Economia. “Lei dos Sacoleiros entra em vigor permitindo importação pela Ponte da Amizade”. São Paulo 08 fev. 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/02/08/lei-dos-sacoleiros-entra-em-vigor-permitindo-importacao-pela-ponte-da-amizade.jhtm>>. Consultado em: 18/06/2012
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 2012.
- OLIVEIRA, Lineu F. *Mascates e Sacoleiros - Empreendedores que Construíram uma Região - Rua 25 de Março desde 1865 fazendo história*. São Paulo.

- PREFEITURASP, *30 anos de DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo*, Revista 204 do Arquivo Municipal, 2006.
- RECORD, Jornal. “Equipe do Jornal da Record acompanha sacoleiros na 25 de Março”. São Paulo 16 Dez 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/videos/equipe-do-jornal-da-record-acompanha-sacoleiros-na-25-de-marco/idmedia/f05b165981e609fb7c1da4debb916785.html>> consultado em 19/06/2012.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto, “Pierre Bourdieu: a teoria na prática”; RAP-Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 40: n.1, p. 27-55, Jan/Fev, 2006 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>> , Consultado em: 09/06/2012.
- TRUZZI, Oswaldo Mario Serra, “Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo”. Ed. Hucitec, 1997, in Koraicho, Rose, *25 de Março – memória da rua dos árabes*. São Paulo: Koema, 2004.
- UNIVINCO, *A Rua 25 de Março e Sua História*. São Paulo, Disponível em: <<http://www.univinco.com.br/internas/03.htm>>, Consultado em: 11/07/2012.
- VARGAS, Heliana Comin: *A Lógica do espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*, Tese de Livre Docência, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP, 2000.
- VÉRAS, Maura P. B. *DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo, EDUC, 2003.
- VÉRAS, Maura P. B. *Introdução à Sociologia, Marx, Durkheim e Weber, referências fundamentais*. São Paulo, Paulus Ed. 2014.
- VÉRAS, Maura P.B: “Territórios e Fronteiras da Alteridade em São Paulo. Uma análise dos processos de segregação e vulnerabilidade de estrangeiros na metrópole”. Projeto de Pesquisa em desenvolvimento, com apoio CNPq.2014
- VILLAÇA, Flavio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*, São Paulo – Studio Nobel – FAPESP, Lincoln Institute, 2001.
- WEBER, M. *A origem do capitalismo moderno*. _____ *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p.310.